

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	11
1.01 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	11
1.02 EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	15
1.03 REPENSAR A FORMA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS	20
1.04 IMPLEMENTAÇÃO DE UM <i>COMPLIANCE</i> NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	24
1.05 CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONFORMIDADE	29
1.06 UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA EM LARGA ESCALA	30
1.07 INVESTIMENTO EM FORMAS DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA AO LÍTIPIO PROCESSUAL	31
1.08 ANÁLISE DO AMBIENTE ARRECADATÓRIO MUNICIPAL	32
1.09 CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	34
1.10 CONVÊNIO COM O SERP – SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS	37
1.11 CONVÊNIO COM O CIGASIMPLES: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL PELOS MUNICÍPIOS	39
1.12 ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO	41
1.13 ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO SINTER E CADASTRO NO CIB: ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A INTEGRAÇÃO	42
1.14 CONVÊNIO DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS COM A PGFN: PORTARIA PGFN/MF Nº 2.061/2026	45
1.15 CRIAÇÃO DE FORÇA TAREFA PARA FISCALIZAÇÃO DE ALGUNS SETORES DE SERVIÇOS	48
1.16 MUNICIPALIZAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR)	49
1.17 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, CADASTROS MUNICIPAIS E A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA FEDERAL	50
1.18 RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PELO MUNICÍPIO	57
1.19 REURB E A ARRECADAÇÃO DE IMÓVEIS ABANDONADOS	60
1.20 BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: EXPERIÊNCIA DE SUCESSO DE PORTO ALEGRE/RS	66

1.21	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE SUCESSO DE SÃO CATANO DO SUL/SP	67
1.22	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE LINDAS DE GOIÁS/GO ...	67
1.23	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE PONTA GROSSA/PR....	68
1.24	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE MARINGÁ/PR.....	69
1.25	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE GUAÍRA/PR	70
1.26	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE VILHENA/RO	71
1.27	BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DE MISSAL/PR	72
1.28	INVESTIMENTO MUNICIPAL PARA EXPLORAÇÃO DE LOTERIAS	73

CAPÍTULO 2

COBRANÇA ADMINISTRATIVA E GERENCIAMENTO DA DÍVIDA

ATIVA	75
2.01 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO ATIVIDADE ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DO ESTADO.....	75
2.02 O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	79
2.03 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 227/2026: CONSAGRAÇÃO LEGAL DA EXCLUSIVIDADE E DEFINIÇÃO DE “AUTORIDADE FISCAL”	83
2.04 PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PÚBLICA NA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	88
2.05 GESTÃO EFICIENTE DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL	91
2.06 LGDP NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	94
2.07 TETO PARA EXECUÇÃO FISCAL E PROTESTO DE CDA.....	108
2.08 DESISTÊNCIA DE EXECUÇÕES FISCAIS E PROCESSOS JUDICIAIS COM A BAIXA DA DÍVIDA ATIVA.....	115
2.09 INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.....	118
2.10 AMPLIAR AS FORMAS DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS (PIX, CARTÃO DE CRÉDITO E CRIPTOATIVOS)	119
2.11 INVESTIR EM EDUCAÇÃO FISCAL	121

CAPÍTULO 3

TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO MUNICIPAL	123
3.01 INEFICIÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL PARA RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	123
3.02 TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL	124
3.03 TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DA UNIÃO FEDERAL.....	130
3.04 TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO....	133
3.05 MEDIAÇÃO TRIBUTÁRIA E A EXPERIÊNCIA DE PORTO ALEGRE-RS	135

3.06	TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU-SC.....	136
3.07	TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO UM MEIO EFICIENTE PARA RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUÁRIO E NÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL	139

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL	141
4.01 APLICAÇÃO DO TEMA 1184 E DA RESOLUÇÃO 547/2024 DO CNJ.....	141
4.02 NEGÓCIO PROCESSUAL COM BASE NA RESOLUÇÃO CNJ 547/2024	146
4.03 RESOLUÇÃO 547/2024: INCLUSÃO DE NOVAS CDAS EM EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO	148
4.04 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A EXECUÇÃO FISCAL.....	150
4.05 PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL	158
4.06 LEGITIMIDADE ATIVA (EXEQUENTE)	161
4.07 LEGITIMIDADE PASSIVA (EXECUTADA)	162
4.08 RESPONSABILIDADE PESSOAL DO ADMINISTRADOR – INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	165
4.09 PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	172
4.10 PENHORA E MEIOS COERCITIVOS PARA PAGAMENTO.....	179
4.11 INDISPONIBILIDADE DE BENS	181
4.12 FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL	185
4.13 CORREÇÃO DE VALORES NAS AÇÕES DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO	188

CAPÍTULO 5

REFORMA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NOS MUNICÍPIOS	195
5.01 ASPECTOS GERAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA.....	195
5.02 IBS NAS OPERAÇÕES DE SERVIÇOS	197
5.03 LEIS COMPLEMENTARES 214/2025, 227/2026 E RESOLUÇÃO CGIBS 06/2026	199
5.04 COMITÊ GESTOR DO IBS	201
5.05 REGRA TRANSITÓRIA DO ISSQN/ICMS PARA O IBS	206
5.06 ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU	208
5.07 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E MONITORAMENTO – COSIP ...	212
5.08 ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS.....	215

CAPÍTULO 6

OPORTUNIDADES TRIBUTÁRIAS NO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN	217
---	------------

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR.....	217
6.01 ASPECTOS GERAIS DO ISSQN	217
6.02 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	219
6.03 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.....	223
6.04 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN SOBRE ATIVIDADES DE APOSTAS E LOTERIAS..	230
6.05 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA	231
6.06 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN QUANTO AO LOCAL DE PAGAMENTO DE SER- VIÇOS MÉDICOS	232
6.07 FISCALIZAÇÃO DO ISSQN FIXO	235

CAPÍTULO 7

OPORTUNIDADES TRIBUTÁRIAS NO IMPOSTO PREDIAL E TERRI- TORIAL URBANO – IPTU	239
7.01 ASPECTOS GERAIS DO IPTU	239
7.02 FISCALIZAÇÃO DO IPTU DA CESSIONÁRIA DE IMÓVEL PÚBLICO	241
7.03 FISCALIZAÇÃO DO IPTU DE IMÓVEIS COM CARACTERÍSTICAS RURAIS	244
7.04 FISCALIZAÇÃO DO IPTU DE LOTEAMENTOS IRREGULARES.....	247
7.05 ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO (PGV) DO IPTU APÓS A REFORMA TRIBUTÁRIA	252
7.06 FISCALIZAÇÃO DO IPTU DE IMÓVEIS INCORPORADOS PELO PODER PÚ- BLICO	257
7.07 FISCALIZAÇÃO DO IPTU SOBRE IMÓVEL COM RESTRIÇÃO AMBIENTAL....	260
7.08 CRIAÇÃO DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS E DIFERENCIADAS	263

CAPÍTULO 8

OPORTUNIDADES TRIBUTÁRIAS NO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS <i>INTER VIVOS</i> (ITBI)	267
8.01 ASPECTOS GERAIS DO ITBI.....	267
8.02 IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS <i>HOLDINGS</i> PATRIMONIAIS E POSSÍVEIS DES- VIOS DE FINALIDADE.....	268
8.03 BASE DE CÁLCULO DO ITBI E AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	274
8.04 FISCALIZAÇÃO DO ITBI NA SEPARAÇÃO CONSENSUAL E EXCESSO ONE- ROSO DE PARTILHA.....	278
8.05 FISCALIZAÇÃO DO ITBI NO INVENTÁRIO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	279
8.06 FISCALIZAÇÃO DO ITBI NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	280
8.07 POSSIBILIDADE DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS.....	281

REFERÊNCIAS.....	283
-------------------------	------------